

**JEANINE MAFRA MIGLIORINI**

(Organizadora)

# PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

Minimizando dificuldades e crescimentos desordenados



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**JEANINE MAFRA MIGLIORINI**

(Organizadora)

# **PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:**

Minimizando dificuldades e crescimentos desordenados



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



# Planejamento urbano e regional: minimizando dificuldades e crescimentos desordenados

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Jeanine Mafra Migliorini

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P712 Planejamento urbano e regional: minimizando dificuldades e crescimentos desordenados / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0253-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.534222705>

1. Planejamento urbano. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 711

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

Muito se discute sobre a qualidade das cidades, que cresceram de maneira desordenada e hoje precisam de grandes intervenções para tentar resolver seus problemas. Esses problemas estão nas mais diversas áreas, mas a questão do planejamento urbano é um dos entraves para a qualidade de vida dos habitantes. Quando se fala em planejamento urbano surge uma série de possibilidades de ação, uma vez que a cidade é plural e extremamente complexa. Entretanto o planejamento deve atuar com grandes planos para a cidade, mas também deve ser preocupar de maneira pontual em diversas áreas, pois é na somatória desses aspectos que se constitui a urbe.

Os artigos que compõem este livro demonstram essas preocupações pontuais, mas que podem trazer grande reflexo na composição urbana, neles se discutem temas variados que podem, inclusive, ser a base para novas investigações.

Nos primeiros capítulos são debatidos temas referentes a metodologias de análise e leitura das cidades, permitindo diagnósticos mais precisos, assim como o debate da mobilidade urbana, tema tão urgente em nossas pautas. O livro segue com a preocupação com o conforto, através de estratégias bioclimáticas aplicadas à cidade. Nessa linha surge a discussão sobre os parques urbanos, sua manutenção e efetiva ação na qualidade de vida. Ainda sobre os espaços verdes, se apresenta a preocupação com a percepção da importância de praças após a pandemia de covid-19.

O debate segue com a temática da interferência da construção do metrô na cidade e regiões por ele percorridas e continua através de estudos estatísticos acerca do espaço das regiões metropolitanas. Finalizando o livro uma reflexão sobre as habitações de interesse social, elemento bastante presente no urbano e que impacta de maneira definitiva no espaço da cidade.

As discussões aqui apresentadas trazem em comum a constante preocupação em tornar nossas cidades espaços de qualidade, que atendam as mais diversas camadas da população.

Boas reflexões!

Jeanine Mafrá Migliorini



## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **LEITURA DA PAISAGEM: DISCUSSÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UNIDADES DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL**


Thamila Ribeiro Rocha

Rafaela Fric Zanatto

Juliane Florêncio Pepe

Daiane Regina Valentini

Renata Franceschet Goettems


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227051>

### **CAPÍTULO 2..... 16**

#### **ANÁLISE DA SAÚDE AMBIENTAL EM CIDADES MINEIRAS, SOB A PERSPECTIVA DE DIFERENTES MODOS DE TRANSPORTES**

Miriellen Augusta da Assunção

Antonio Carlos Freire Sampaio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227052>

### **CAPÍTULO 3..... 24**

#### **COMPORTAMENTO MÉDIO DAS VARIÁVEIS METEOROLÓGICAS E INDICAÇÃO DE ESTRATÉGIAS BIOCLIMÁTICAS PARA SÃO BERNARDO DO CAMPO**

Helenice Maria Sacht

Andrea de Oliveira Cardoso

Herlander Mata-Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227053>

### **CAPÍTULO 4..... 37**


#### **OS PARQUES VERDES URBANOS ESTÃO CUMPRINDO COM A SUA FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL?**

Rick Mauricio Ribeiro dos Santos

Giovana Graminha Pinheiro

Adriana Kazue Takako

Emerson Machado de Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227054>




### **CAPÍTULO 5..... 52**

#### **PERCEÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO PÚBLICO A PARTIR DO ISOLAMENTO SOCIAL NA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS: UM ESTUDO NA CIDADE DE FLORIANO - PIAUÍ**

José de Souza Gomes Júnior

Júlia Santiago de Matos Monteiro Lira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227055>

<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
A LINHA 5 – LILÁS DO METRÔ DE SÃO PAULO: DISCURSO E PRÁTICA Caio Aguiar da Silva Fernanda Figueiredo D’Agostini  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227056">https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227056</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
ESTUDO ESTATÍSTICO DA CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL DAS ÁREAS METROPOLITANOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL Magno Vasconcelos Pereira Junior Júlia Kátia Borgneth Petrus  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227057">https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227057</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>83</b>
REVISÃO DE LITERATURA: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL Vitória Barros de Souza  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227058">https://doi.org/10.22533/at.ed.5342227058</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>94</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>95</b>

## REVISÃO DE LITERATURA: HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

*Data de aceite: 02/05/2022*

**Vitória Barros de Souza**

Instituto Federal do Mato Grosso do Sul  
Curso de Técnico em Edificações

[https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG\\_MENU.menu?f\\_cod=CC247CA5BA3EAC0D6DEB9435E4926A41#](https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=CC247CA5BA3EAC0D6DEB9435E4926A41#)

Trabalho apresentado ao Instituto Federal do Mato Grosso do Sul - IFMS, Campus Aquidauana, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Técnico em Edificações.

**RESUMO:** O presente estudo tem por motivação realizar uma revisão bibliográfica a respeito do desenvolvimento habitacional no Brasil e suas políticas habitacionais geradas pelo governo com a intenção de sanar o déficit habitacional. É apresentado sucintamente o contexto da habitação de interesse social no mundo, entrando no contexto da habitação social no Brasil e fechando com a diferença entre os últimos programas habitacionais dispostos pelo governo, Minha casa, minha vida e o Casa Verde e Amarela.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitação social; Políticas Públicas Habitacionais; Inclusão Social.

**ABSTRACT:** The present study is motivated to carry out a literature review regarding housing development in Brazil and its government-generated housing policies with the intention of remedying the housing deficit. The context of

social housing in the world is briefly presented, entering into the context of social housing in Brazil and closing with the difference between the housing programs provided by the government, Minha casa, minha vida and Casa Verde e Amarela.

**KEYWORDS:** Social habitation; Housing Public Policies; Social inclusion.

### 1 | INTRODUÇÃO

Habitação social é um conjunto de iniciativas, de origem pública ou privada, que tem como objetivo facilitar o acesso à moradia da população considerada de baixa renda. Os imóveis oferecidos em programas de habitação social têm condições de pagamento mais acessíveis do que aqueles do mercado imobiliário tradicional.

De acordo com os pesquisadores Adriana Roseno Monteiro e Antonio Tolrino de Rezende Veras da Universidade Federal de Roraima, nos anos 30, a industrialização brasileira teve início e com isso se teve o grande crescimento das cidades, atraindo os moradores do campo. Com o grande êxodo rural foi necessário a construção de habitações em grandes quantidades. Uma das soluções fornecidas pelo poder público, com incentivo dos empreendedores privados, foi a construção de conjuntos habitacionais. Contudo não houve um acompanhamento de uma política de urbanização, contribuindo para o surgimento das comunidades em morros ou

favelas.

O crescimento urbano gera uma sobrecarga na necessidade de infraestrutura e equipamentos, afetando o funcionamento da cidade como um todo e comprometendo a qualidade de vida da população. A partir da década de 1990, diversos programas foram implantados para enfrentar o déficit habitacional do país e atualmente, o maior exemplo é o Programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009. De acordo com o censo demográfico de 2020, a população urbana do Brasil passará de 84,4% para 76% (IBGE,2017), o déficit habitacional absoluto no Brasil é de 5,877 milhões (Fundação João Pinheiro,2019).

## **2 | METODOLOGIA**

O presente trabalho analisa o desenvolvimento da habitação social no Brasil e as políticas implantadas para que o problema de déficit habitacional fosse amenizado. Para tanto, as pesquisas e informações foram obtidas por intermédio de artigos científicos publicados, manuais técnicos, trabalhos da área e livros. A pesquisa foi realizada em etapas, em que, primeiramente, foi feito um levantamento bibliográfico mais abrangente. Para selecionar os artigos foram usadas palavras chave como “Habitação social no mundo; Habitação social no Brasil; êxodo rural nos anos 30; principais habitações sociais; políticas habitacionais; Minha casa, Minha vida e Casa Verde e Amarela”. e, após leitura e melhor entendimento acerca do assunto, as fontes foram filtradas de modo que se obtivessem somente materiais que refletissem a proposta desta pesquisa. As principais fontes utilizadas para composição dos dados apresentados neste artigo foram observadas em artigos, normas técnicas, dissertações e livros. Os artigos mais recentes foram priorizados ao serem analisados por terem informações atualizadas sobre os assuntos pesquisados.

Assim, o trabalho está dividido em três partes, onde na primeira faz-se um resgate histórico da habitação social no mundo. Na segunda parte, trata-se de um resgate histórico da habitação social no Brasil com o início nos anos 30, passando pela Era Vargas, a criação e extinção do BNH e na última parte, são abordados os programas Minha casa, minha vida e o programa Casa Verde e Amarela.

## **3 | REVISÃO DE LITERATURA**

### **3.1 Habitação de Interesse Social no mundo**

O estudo do surgimento das habitações sociais no mundo é defendida de duas maneiras. Enquanto alguns autores consideram as vilas e cidades operárias, que surgiram no século XIX com a Revolução Industrial, como precursoras da habitação social, outros consideram que seu surgimento ocorreu no período entre-guerras europeu, quando a demanda por habitação era alta e o modernismo estava se consolidando como movimento. De qualquer forma, a origem da habitação de interesse social esteve ligada à urbanização

e aumento da demanda por habitação de baixo custo.

A primeira forma de habitação social foi criada em Helsínki, na Finlândia, em 1909. Projetos semelhantes também ganharam forças nos EUA e na Europa Ocidental, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. O objetivo dos projetos de habitação social pós-Guerra foi abrigar pessoas que foram prejudicadas pelos conflitos. A construção era feita com materiais acessíveis, já que o período foi marcado pela reconstrução das cidades.

Os tenements que, em uma tradução livre, seriam os cortiços, eram grandes prédios habitacionais que ficaram conhecidos por serem habitados pela população de baixa renda norte-americana, principalmente imigrantes e operários na segunda metade do século XIX (DA SILVA, 2008).

Originalmente, esses eram constituídos de uma edificação maciça, quase sem recuos e sem respeito com as normatizações de ventilação e iluminação necessárias, com vários pavimentos e que, normalmente, ocupavam quase a totalidade da área do lote em que eram construídos (DA SILVA, 2008).

Sua importância na história da habitação social dos Estados Unidos da América se dá uma vez que seu pioneirismo trouxe para a segunda metade do século XIX, interesse do governo e de instituições privadas para a legalização e normatização desses cortiços. Tal interesse teve como resultado a evolução desse tipo de moradia, de forma que aos poucos, foram adquirindo melhores condições de iluminação e ventilação. Apesar da sua grande popularidade e propagação por várias cidades e até países, não se tem certeza da autoria dos primeiros tenements (DA SILVA, 2008).

Na Europa, principalmente, houve a preocupação de reconstruir as cidades e oferecer moradia aos ex-combatentes da Guerra e suas famílias. É diante desse contexto econômico, social e político que a arquitetura moderna surge. A habitação social esteve em discussão nas primeiras edições dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Os arquitetos discutiam questões como a padronização das obras, a altura ideal para as moradias, organização interna dos ambientes, o desenho do mobiliário, entre outras soluções para o conjunto habitacional. Entre esses arquitetos estava Le Corbusier, uma de suas obras mais famosas é o Unite d'habitation de Marselha, conjunto habitacional construído em 1952, na França.

### **3.2 Habitação de interesse social no Brasil**

No Brasil, o interesse do Governo Federal na construção de habitações sociais se iniciou nos anos 30, com a industrialização do país. Até então, a população que vinha do campo para trabalhar e viver nas cidades tinha como opção somente as vilas operárias ou moradias de aluguel da iniciativa privada.

Na Era Vargas, em meio ao desenvolvimentismo e à criação das leis trabalhistas, o poder público passou a investir diretamente na habitação social, como uma das frentes da promoção de um Estado de bem-estar.

"As casas operárias, construídas pelas Caixas e Institutos em vários Estados,

ainda são em pequeno número e preço elevado, em relação às posses dos empregados. Dei instruções ao Ministério do Trabalho para que, sem prejuízo das construções isoladas, onde se tornarem aconselhável, estude e projete grandes núcleos de habitações modestas e confortáveis. Recomendei, para isso, que se adquiram grandes áreas de terrenos e, se preciso, que se desapropriem as mais vantajosas; que se proceda à avaliação das mesmas; que se levem em consideração os meios de transporte para esses núcleos; que se racionalizem os métodos de construção; que se adquiram os materiais, diretamente, ao produtor; tudo, enfim, de modo a se obter, pelo menor preço, a melhor casa." - Getúlio Vargas, novembro de 1938

Considerado o conjunto habitacional mais famoso do Brasil, o Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes, conhecido como Pedregulho, foi projetado pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy em 1947, para abrigar funcionários públicos do então Distrito Federal, tendo como objetivo abrigar funcionários públicos do estado. O prédio tem 260 metros de comprimento e 328 apartamentos divididos em 3 blocos. É notório que no conjunto habitacional conceitos abordados por Le Corbusier como o controle da luz e da ventilação e a facilidade de circulação.

Em 1964 houve a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) que foi responsável pela construção de casas populares no país. O órgão financiou 4,5 milhões de casas para famílias de classe média, o que representou 24% de todo o mercado habitacional.

No entanto especialistas apontam que o programa – reconhecido como o primeiro de abrangência nacional para a área de habitação – não obteve sucesso e não atingiu um público de baixa renda, assim a população de baixa renda não teve condições de financiar uma casa própria, com isso engrossou o contingente de moradores de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos.

A expansão acelerada das áreas ilegais na década de 1970 e 1980 se confunde com o colapso do sistema de crédito habitacional. As duas décadas que marcaram a explosão da moradia subnormal — classificação do IBGE para residências em áreas irregulares, com imóveis distribuídos desordenadamente e sem acesso a serviços básicos — coincidem com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986, e o agravamento da crise econômica que obrigou grande parte da população a continuar a instalar-se nas áreas periféricas, insalubres, sem infra-estrutura e ilegais das cidades. Esse contínuo inchaço do espaço urbano pela população rural e migratória na procura de melhor qualidade de vida e emprego levou o país a ter dados de urbanização superior aos índices mundiais, superando os 80%, e problemas de ordem social e econômica entre os mais graves, sendo na época o terceiro pior país do mundo em distribuição de renda. (Grazia, 2001).

O período foi marcado pela indefinição de uma política nacional de habitação e pela contínua transferência de responsabilidades administrativas com respeito à questão habitacional.

(...) o BNH vinculou-se em 1985 ao Ministério do Desenvolvimento Urbano. Em 1987, este ministério transformou-se em Ministério da Habitação, Urbanismo e Desenvolvimento Urbano. Em 1988, o Ministério foi renomeado Ministério

da Habitação e Bem-Estar Social, que foi extinto em 1989. Nesse momento, a política de habitação fica novamente sob responsabilidade do Ministério do Interior. Em 1990, é criado o Ministério da Ação Social, posteriormente renomeado Ministério do Bem-estar Social, onde passou a funcionar a Secretaria Nacional de Habitação. No Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Secretaria Nacional da Habitação foi subordinada ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Durante o governo FHC foi instituída a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDU), vinculada à presidência da República, que se responsabilizou pelas instituições ligadas à política habitacional até 2003, quando foi criado o Ministério das Cidades, no qual se alocou a Secretaria Nacional de Habitação. Cymbalista e Moreira (2006, p.35)

Após 22 anos de existência, o BNH foi extinto pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986, do então presidente da República José Sarney, que também transferiu a função de coordenador do SFH para a Caixa Econômica Federal e a de regulador para o Banco Central.

No Brasil, desde 2006, existe uma Lei nº 11.124 (A Lei nº 11.124 também instituiu o Fundo **Nacional de Habitação de Interesse Social** – FNHIS, que desde 2006 centraliza os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Precários e de **Habitação de Interesse Social**, inseridos no **SNHIS**) que dispõe sobre Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, com o objetivo de democratizar o acesso à terra urbanizada, habitação digna e sustentável através de políticas e programas de investimentos e subsídios; além de articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação.

Um dos resultados dessa lei é o programa Minha Casa Minha Vida, criado em 2009, talvez o mais conhecido no contexto da história no Brasil, com o objetivo de proporcionar ao cidadão brasileiro condições de acesso à moradia própria, tanto em áreas urbanas, quanto rurais. As principais críticas ao programa são o seu foco na quantidade de habitações, o que não reflete na sua qualidade de espaços, materiais e ou técnicas construtivas; a falta de participação popular no processo de concepção do projeto; falta de incentivos que promovam reconhecimento, identidade e vizinhança; desarticulação com o contexto urbano

Segundo pesquisa realizada pelo CAU/BR e pelo Instituto DataFolha em 2015, mais de 85% da população brasileira constrói e reforma sem orientação de arquitetos e urbanistas ou engenheiros. Somando esse dado a milhões de pessoas sem acesso à moradia no país, é de fato importante levar em consideração a quantidade de famílias atendidas por um programa de habitação social, mas soluções desconectadas a redes de transporte e serviços básicos, que negam o direito à cidade desses moradores, são, no mínimo, paradoxais. As ocupações em prédios abandonados, a autoconstrução e a presença de vazios urbanos no Brasil são reflexos de uma sociedade com déficit habitacional. Quando falamos de habitação de interesse social no Brasil, os empreendimentos que alcançam a maior parte da população são subsidiados pelo governo.

Os projetos subsidiados pelo governo buscam atender principalmente as famílias

com renda familiar mensal de até 3 salários mínimos. Observando a relação dos investimentos de estados e municípios na habitação social, o que se vê são iniciativas quase inexpressivas. Cada estado pode ter em seu plano diretor projetos e medidas voltados para a habitação de interesse social, mas todos ainda estão bem longe de criar um número suficiente de moradias, como consequência da falta de habitação de interesse social no Brasil, a população precisa construir em locais que não são apropriados para moradia e dividir espaços pequenos com muitas pessoas. A falta de habitação social traz diversos problemas, como a ocupação de imóveis abandonados e com risco de desabamento ou incêndios, casas sem infraestrutura, ambientes sem conforto térmico ou acústico, ausência de saneamento básico adequado, entre outros.

### 3.3 Casa verde e amarela X Minha casa, minha vida

O atual presidente da república eleito em 2019 sancionou a Lei 14.118/21, que cria o novo programa habitacional Casa Verde e Amarela. O novo programa habitacional do Governo Federal veio para reformular o Minha Casa Minha Vida. Na nova atualização do programa habitacional os principais destaques são: a menor taxa de juros, o que deve aumentar a acessibilidade das famílias ao novo programa habitacional; as mudanças na forma de remuneração da Caixa Econômica Federal, o que deve limitar a pressão sobre o fluxo de caixa do FGTS; o Foco nas regiões Norte e Nordeste do país; a Possibilidade de regularização de moradias e terrenos de baixa renda.

Há o programa de subsídios, para quem já tem uma edificação e deseja reformar é possível participar do programa Casa Verde e Amarela e requerer um subsídio no valor máximo de R\$ 23 mil.

Os subsídios foram estabelecidos por meio do Decreto nº 10.600, publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 15 de janeiro de 2021. O respectivo decreto foi publicado quatro dias depois da Lei nº 14.118, de 2021, a qual dispõe sobre a regulamentação de um novo programa de financiamento habitacional, a qual já foi sancionada e se encontra vigente.

Minha Casa Minha Vida	
Faixa	Juros
1	sem juros e prestações menores que R\$300
1,5	5% para não cotista do FGTS e 4,5% para cotista
2	juros de 5% a 7% para quem não é cotista e 5,5% a 6,5% para quem tem FGTS

Tabela 1

Minha Casa Minha Vida - O antigo programa habitacional Minha Casa Minha Vida



atendia as pessoas em diferentes faixas de renda:

- Salário bruto inferior a R\$ 1.800,00;
- Salário bruto de R\$ 1.801,00 a R\$ 2.600,00 com subsídio de até R\$ 29 mil dependendo da região e da condição de cada família;
- Salário bruto entre R\$ 2.601,00 a R\$ 4.000,00 com a possibilidade de receber subsídio dependendo da região do país e condição familiar;
- Salário bruto entre R \$4.001,00 e R \$9.000,00 não tem mais subsídio e pode financiar imóveis até R \$300.000,00 pelo programa.

Casa Verde e Amarela	
Grupo	Juros
**	Exclusão da Faixa 1 que não tinha cobrança de juros
1	5% a 5,25% na região Sul para quem não é cotista do FGTS e 4,5% a 4,75% para quem é cotista
2	5,5% a 7% para quem não é cotista do FGTS e 5% a 6,5% para cotistas.

Tabela 2

Casa Verde e Amarela- O novo programa habitacional do Governo Federal fez algumas alterações na faixa de renda das pessoas atendidas:

- **Grupo 1:** renda de até R\$ 2.000,00 com a possibilidade de receber subsídio do governo de até R\$ 47.500,00 dependendo da localização do empreendimento e da avaliação de crédito;
- **Grupo 2:** renda de R\$ 2.001,00 a R\$ 4.000,00 possibilidade de receber subsídio de até R\$ 29.000,00 dependendo da região do país e da avaliação de crédito;
- **Grupo 3:** renda entre R\$ 4.001,00 e R\$ 7.000,00

## 4 I ANÁLISE DE DADOS

O programa de habitação social do governo Federal tem suas divisões, cada família é separada e rotulada em grupos, cada grupo tem pré-requisitos. Os pontos que são analisados são: a renda das famílias; a região em que moram; a estrutura familiar; a condição de cada família; há uma avaliação de crédito; esses dados estão ligados aos juros que cada cidadão irá se submeter e a possibilidade de um subsídio.

De acordo com as tabelas 1 e 2, é possível analisar que as principais diferenças do Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela são a troca das faixas por grupos de renda. Há ainda a mudança no limite de renda para receber subsídio do Governo Federal, as taxas de juros reduzidas e a diferenciação entre as regiões do país.

De acordo com a gestão operacional dos recursos disponibilizados para o programa, Caixa, a Entidade Organizadora, que deve observar os seguintes critérios:

- Critérios Nacionais
  - renda familiar compatível com a modalidade;
  - as famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por autodeclaração;
  - famílias que façam parte pessoas com deficiência;
  - famílias residentes em áreas de risco, ou insalubres, ou que perderam a moradia em razão de enchente, alagamento, transbordamento, ou em decorrência de qualquer desastre natural do gênero, comprovado por declaração do ente público.
- Critérios Adicionais Podem ser definidos pela Entidade Organizadora, no máximo 03 critérios adicionais, como:
  - famílias que habitam ou trabalham a, no máximo, “x” km de distância do centro do empreendimento, comprovado com a apresentação de comprovante de residência;
  - famílias residentes no município há no mínimo “x” anos, comprovado com a apresentação de comprovante de residência;
  - famílias beneficiadas por Bolsa Família ou Benefício de Prestação Continuada (BPC) no âmbito da Política de Assistência Social, comprovado por declaração do ente público;
  - famílias que se encontrem em situação de rua e que recebam acompanhamento socioassistencial do Distrito Federal, estados e municípios, ou de instituições privadas sem fins lucrativos, com certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) e que trabalhem em parceria com o poder público, comprovado por declaração do ente público ou da instituição;
  - famílias com filho(s) em idade inferior a 18 (dezoito) anos, comprovado por documento de filiação;
  - famílias monoparentais (constituída somente pela mãe, somente pelo pai ou somente por um responsável legal por crianças e adolescentes), comprovado por documento de filiação e documento oficial que comprove a guarda;
  - famílias de que façam parte pessoa(s) idosa(s) comprovado por documento de oficial que comprove a data de nascimento;
  - famílias de que façam parte pessoa(s) com doença crônica incapacitante para o trabalho, comprovado por laudo médico;
  - famílias em situação de coabitação involuntária, comprovado por autodeclaração do candidato;
  - famílias com ônus excessivo de aluguel, comprovado por recibo ou contrato de aluguel e declaração de renda;

- famílias inscritas no cadastro habitacional há mais de “x” anos, desde que posterior a julho de 2009, independentemente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar;
- famílias em atendimento de “aluguel social”, comprovado pelo ente público;
- famílias de que faça parte pessoa atendida por medida protetiva prevista na lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), comprovado por cópia da petição inicial do Ministério Público que formaliza a ação penal;
- outros, a serem submetidos previamente à aprovação da Secretaria Nacional de Habitação.

Os critérios adicionais devem ser determinados em assembleia específica, registrada em ata, dando conhecimento a todos os seus associados, divulgando-os em meios que garantam sua ampla publicidade. Será permitido às mulheres chefes de família firmar contrato de financiamento independente de outorga do cônjuge.

Para atendimento à demanda de cotas devem ser adequadas, no mínimo 3% das UH(s) do empreendimento, direcionadas ao atendimento de cada um dos seguintes seguimentos:

- pessoas idosas, com idade igual ou superior a 60 anos;
- pessoas com deficiência ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência, na ausência de percentual superior fixado em legislação municipal ou estadual.
- para os casos de Pessoas Com Deficiência — PCD ou nos casos em que a família apresentar pessoa(s) PCD, o candidato deve comprovar a condição de PCD, na EO, mediante apresentação do atestado médico que comprove a deficiência alegada e que contenha o número da CID e a classificação da deficiência.

Ao chegar no final da pesquisa é possível perceber a evolução com o passar das décadas desde o início da jornada da habitação social no Brasil. Há sempre uma mudança, uma atualização, na política governamental com o objetivo de melhorar a qualidade do programa. Assim foi feito esse infográfico com o acontecimento mais marcante de cada data selecionada.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A habitação de interesse social é voltada para a parcela da população que tem dificuldade ou que não consegue, devido à renda, ter acesso à moradia – direito previsto pela Constituição – pelo mercado imobiliário formal.

Podemos observar que o déficit habitacional é causado pela falta de políticas públicas e por transformações sociais, como o êxodo rural e a mudança do perfil das famílias. As consequências de tal ato são: as aglomerações de assentamentos irregulares

como loteamento clandestino, favelas, cortiços e ocupações em espaços públicos, o que leva a outros fatores como a exclusão social, causadora de problemas como marginalidade, violência e insalubridade.

Nota-se que os programas de habitação pretendem resolver o déficit habitacional através da reforma, locação, construção e aquisição de imóveis tanto na área urbana quanto rural, mediante financiamento ou subsídio. Esse tipo de programa trabalha em parceria entre as esferas federais, estaduais e municipais.

Com esse momento de pandemia mundial devido ao novo COVID-19, que potencializou os problemas básicos da população e relembrou a importância da moradia.

“A habitação é agora amplamente reconhecida como uma das principais defesas contra a Covid-19, com residentes em todo o mundo sendo instruídos a ficarem em casa e lavarem suas mãos”, afirmou Maimunah Mohd Sharif, Diretora Executiva do ONU-Habitat, durante a abertura da Aula Magna “Habitação para Todas e Todos” no Circuito Urbano 2020 promovido pela ONU-Habitat.

## REFERÊNCIAS

CAIXA. **Casa Verde e Amarela - Habitação Urbana - Recursos FGTS**. Disponível em: <<https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/casa-verde-e-amarela/urbana/Paginas/default.aspx#quem-pode>>. Acesso em: abril de 2021.

CAMARGOS MELCHORS, Lucia **Como Anda a Habitação Social no Brasil? Reflexões sobre a Trajetória das Políticas Habitacionais da Década de 1960 à Atualidade**. Disponível em:<<https://doaj.org/article/5480a968cb0b4579a40ad75cca7f626e>>. Acesso em: abril de 2021.

CAU/BR. **Pandemia do coronavírus reflete a importância de moradia digna para a população**. Disponível em:<<https://www.cau.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>> Acessado em: junho de 2021.

CAU/BR. **PESQUISA INÉDITA: Percepções da sociedade sobre Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em:<<https://www.cau.br/pesquisa-caubr-datafolha-revela-visoes-da-sociedade-sobre-arquitetura-e-urbanismo/>> Acessado em: março de 2021.

CAU/BR. **O MAIOR DIAGNÓSTICO SOBRE ARQUITETURA E URBANISMO JÁ FEITO NO BRASIL**. Disponível em:<<https://www.cau.br/pesquisa2015/>>. Acessado em: março de 2021.

CITnova. **A importância da habitação durante a pandemia da Covid-19**. Disponível em:<<https://citnova.mctic.gov.br/a-importancia-da-habitacao-durante-a-pandemia-do-covid-19/#:~:text=%E2%80%9CA%20habita%C3%A7%C3%A3o%20e%20agora%20amplamente,para%20Todas%20e%20Todos%E2%80%9D%20no>>. Acesso em: junho de 2021.

IBGE. **Censo agro 2017**. Disponível em:<<https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/15007-nova-proposta-de-classificacao-territorial-mostra-um-brasil-menos-urbano.html>>. Acessado em abril de 2021.

CYMBALISTA, Renato; MOREIRA, Tomás. **Política Habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. Participação Popular nas Políticas Públicas**, p. 31-48, 2006.

DE OLIVEIRA COELHO, Leandro. KENYA ABIKO, Alex **Procedimentos de gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3512>> . Acesso em: abril 2021.

Estadual de. Mato Grosso do Sul. PHE-MS. Habitação de Interesse Social. Campo Grande - MS. 2002 a 2006. [http://www.agehab.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Livro\\_Parte01\\_1-1.pdf](http://www.agehab.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Livro_Parte01_1-1.pdf). Acesso em: março de 2021.

FERNANDA DE OLIVEIRA, Viviane **Do BNH ao Minha Casa Minha Vida: mudanças e permanências na política habitacional**. Disponível em: <<C:/Users/Vitória%20de%20Souza/Downloads/22937-Texto%20do%20artigo-107567-1-10-20140813.pdf>>. Acesso em: maio de 2021.

GOVERNO FEDERAL **Programa Casa Verde e Amarela agora é lei**.14/01/2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/01/programa-casa-verde-e-amarela-agora-e-lei#:~:text=O%20Programa%20Casa%20Verde%20e,no%20Di%C3%A1rio%20Oficial%20da%20Uni%C3%A3o.>> . Acesso em: abril de 2021.

MARICATO, Ermínia. **Política Habitacional no Regime Militar**. Do milagre brasileiro à crise. Petrópolis: Editora Vozes, 1987 LTDA, 1987.

MONTEIRO, Adriana Roseno. VERAS, Antonio Tolrino de Rezende **A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?lang=pt>>. Acesso em: maio de 2021.

PINHEIRO, Fundação João. **INADEQUAÇÃO DE DOMICÍLIOS NO BRASIL 2016 - 2019**. Publicado em 2020. Disponível em: <[http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/14.05\\_Relatorio-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-versao-2.0\\_compressed.pdf](http://novosite.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/14.05_Relatorio-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-versao-2.0_compressed.pdf)>. Acessado em: abril,2021.

PALERMO, C. MORAIS, G. COSTA. M. FELIPE. C. (2007). Perspectivas Online: **Habitação social: uma visão projetual**. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/coloquiomom/comunicacoes/palermo.pdf>> Acesso em: março de 2021.

RUBIN, G. R. BOLFE, S. A. **O desenvolvimento da habitação social no Brasil**. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4675/467546173014.pdf>>. Acesso em: março. 2021.

SIQUEIRA, T. A. Araújo, R. de S. (2014). **Programas de habitação social no brasil**. Disponível em: <<https://doi.org/10.25242/88764102014540>>. Acesso em: março de 2021.

TORRES FORMOSO, Carlos. RAMOS BERR, Leticia **Método para avaliação da qualidade de processos construtivos em empreendimentos habitacionais de interesse social**. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/22220>>. Acesso em: abril 2021

UN-HABITAT (2020) **World Cities Report 2020: The Value of Sustainable Urbanization**. Disponível em: <<https://unhabitat.org/World%20Cities%20Report%202020>> . Acesso em: março de 2021.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**JEANINE MAFRA MIGLIORINI** - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação, em Projeto de Interiores, Inovação e Design Thinking e Criatividade nas Organizações e em Arte, Cultura e Educação e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há quinze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos, de interiores. Escolheu a história da arquitetura, com foco na Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Análise sociodemográfica 37

Áreas verdes urbanas 37, 39, 47, 49

### C

Climatologia aplicada 24

Clima urbano 24, 26, 50

Configuração socioespacial 69

Conforto urbano 24, 27

### D

Desigualdade espacial 69

### E

Erechim 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 13

Espaços públicos 26, 52, 56, 58, 59, 60, 92

Estratégias bioclimáticas 24, 26, 27, 29, 35

### G

Gestão ambiental 37, 38, 50

### H

Habitação social 83, 84, 85, 87, 88, 89, 91, 92, 93

### I

Inclusão social 67, 83

Infraestrutura urbana 61, 71

### M

Mobilidade urbana 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 61, 62, 63

### P

Planejamento urbano 1, 2, 3, 5, 9, 19, 23, 25, 26, 37, 61, 62, 67

Planejamento urbano e regional 1, 2, 3, 5

Plano diretor 11, 16, 18, 20, 21, 49, 88

Políticas públicas habitacionais 83

Projetos urbanos 8, 33, 61

## **Q**

Qualidade de vida comunitária 16

## **R**

Região metropolitana 27, 63, 69, 72, 75, 76

## **S**

Sociabilidade 52, 53, 60

Sustentabilidade 3, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 50

## **T**

Transportes 16, 18, 19, 20, 22, 61, 62, 63, 66, 67

## **U**

Unidade de paisagem 1, 14



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

# PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

Minimizando dificuldades e crescimentos desordenados



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

🌐 [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)  
✉ [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)  
📷 @arenaeditora  
📘 [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](http://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)

# PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL:

Minimizando dificuldades e crescimentos desordenados



**Atena**  
Editora  
Ano 2022